



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

**RELATÓRIO DE AÇÕES DE ACESSIBILIDADE
2021**

COMITÊ VALOR PÚBLICO
NÚCLEO SOCIOAMBIENTAL E DE ACESSIBILIDADE

Comitê Valor Público	SEI nº 0004269-86.2019.6.21.8000
----------------------	----------------------------------

Nº de reuniões realizadas no período	3
--------------------------------------	---

Composição do Comitê	
Lotação	Servidor
TRE-RS	Magistrado Des. Amadeo Henrique Ramella Buttelli
ASPLAN	Magda Stoll Andrade
ASPLAN	Adriana Spilki
DG	Gabriele Mayer
SA	Gustavo de Oliveira Pereira
STI	Marilene Pitrez Salis
STI	Marialice Rangel
ASCOM	Rodolfo Soares Manfredini
SA	Paulo Henrique Ulbrich
SA	Daniela Figueiredo de Souza Machado
SGP	Maria Leonor Bica Moutinho

Ações de Acessibilidade propostas para o exercício e estágio de implementação:

Assunto	Descrição
1. Estudo da Resolução CNJ 401/2021	A Resolução CNJ n. 401, de 16 de junho de 2021 dispôs sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamentou o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Descrição
	Por trazer importantes orientações sobre o tema, foi necessário estudo aprofundado e participação em eventos e grupos de whatsapp para esclarecimentos de dúvidas sobre o normativo referido.
2. Ações de Capacitação nos temas de Acessibilidade e Inclusão	Participação dos servidores nos seguintes fóruns e ações de capacitações: <ul style="list-style-type: none">• Abertura da XXVII Semana Estadual da Pessoa com Deficiência - Governo do Estado do Rio Grande do Sul• VIII Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário 2021 – STJ• Formação virtual em audiodescrição nas redes sociais – UFRGS/PROEXT• Curso de acessibilidade digital e comunicacional - TRE-SP• Webinário: avaliação psicossocial da deficiência – TCU• Fórum em defesa da inclusão, acessibilidade e não discriminação das pessoas com deficiência - Escola judiciária do TRT da 4ª região• Webnário sobre sustentabilidade e acessibilidades luz das resoluções CNJ 400 e 401 – CNJ• Setembro acessível: uma conversa sobre a inclusão das pessoas com deficiência - TRE-SP
3. Ações de sensibilização nos temas de Acessibilidade e Inclusão	Participação e divulgação das seguintes ações de sensibilização: <ul style="list-style-type: none">• Evento alusivo à XXVII Semana Estadual da Pessoa com Deficiência - Trajeto solidário - postado na intranet em 21/09/2021• Orientação sobre Audiodescrição de imagem encaminhada pelo TSE e compartilhada institucionalmente pelo Valor Público via SEI n. 0010186-13.2021.6.21.8325, processo iniciado em 29/09/2021• Convite encaminhado aos servidores para participação no evento: “Fórum em Defesa da Inclusão, Acessibilidade e Não Discriminação das Pessoas com Deficiência”
4. Acompanhamento da Meta 9 (CNJ)	A meta 9 foi referente ao ODS 5 (Participação feminina) e teve sua execução elaborada pela Comissão de Participação Feminina e acompanhada pelo Comitê Valor Público/ASPLAN.
5. Assistência à ASCOM para contratação de intérprete de LIBRAS	Encaminhamento de SEI com arrazoado sobre a importância e necessidade da Contratação de Intérprete de Libras para as comunicações institucionais do TRE-RS. Além disso, foram encaminhados documentos já elaborados em contratação semelhante (Termo de Referência - TR, Documento de Oficialização da Demanda - DOD e Estudos Técnicos Preliminares – ETP)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Descrição
	como subsídio para contratação e foram apresentadas ideias para o contrato.
6. Elaboração de Projeto “Inclusão nas eleições 2022”	Foi elaborado Plano do Projeto “Inclusão das eleições 2022” e planos de ação relacionados ao projeto. O documento também foi formalizado, apresentado à Alta Administração e autorizado.
7. Elaboração de materiais em braille para servidores com deficiência visual	Foram impressos 05 unidades de calendários de mesa 2021 e 06 calendários 2022 com transcrição em braille para os servidores com deficiência visual. Também foi impressa em braille uma placa de homenagem, por tempo de serviço.
8. Atividade não realizada: Aplicar questionário de diagnóstico de acessibilidade institucional	Justificativa: O Comitê Valor Público previa efetivar a aplicação do questionário para diagnóstico do nível de maturidade quanto à Acessibilidade Institucional, por meio do Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade. No entanto, em razão de a maioria dos colaboradores ter permanecido em tele trabalho e trabalho remoto em 2021 (sem acesso constante aos prédios físicos), entendeu-se que não seria profícua a aplicação do questionário nesse contexto. Assim, será oportunamente avaliada sua aplicação em 2022.
9. Atividade não realizada: Capacitação de colaboradores terceirizados	Justificativa: Embora a convicção da importância de educação continuada no tema de Sustentabilidade e Acessibilidade também para colaboradores terceirizados, em razão do contexto ainda não seguro para promoção de eventos presenciais, capacitações não foram realizadas para esse grupo de colaboradores por não ser considerada adequada a proposta de atividades em formato remoto.

Planejamento para o próximo ano.

Assunto	Descrição
Execução do projeto “Inclusão nas Eleições 2022”	Está previsto no projeto a elaboração de vídeos e campanhas que contem com o protagonismo de pessoas com deficiência, tanto de servidores do TRE-RS quanto de instituições parceiras. O projeto também prevê a realização da Central de Libras, levantamentos relacionados à acessibilidade dos locais de votação, Live “Roda de conversas com pessoas com deficiência”, entre outras atividades



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Assunto	Descrição
	promotoras de inclusão.
Aplicação, se possível, do questionário de diagnóstico de acessibilidade institucional	Essa atividade estava prevista para 2021 e não foi realizada em razão da continuidade da predominância de trabalho remoto na instituição.

Aprovação

Nome
Magda Stoll Andrade – Coordenadora do Comitê Valor Público